

Artigo publicado no Boletim “Informe” (FFLCH-USP, 2010).

**Hegemonia na Atualidade
(Um debate no Lemarx – USP)¹**

Lincoln Secco

(Professor de História Contemporânea na FFLCH-USP)

O Laboratório Marx da FFLCH – USP entra em mais um ano de atividades, organizando agora o III Colóquio Marx e os Marxismos, neste mês de maio de 2010.

Muitos dos debates internos, movidos por alunos e professores interessados numa leitura atualizada da obra de Marx repercutiram especialmente os artigos de impacto produzidos na nossa Faculdade recentemente, como os de Francisco de Oliveira (A hegemonia às Avessas²) e André Singer (Raízes Ideológicas do Lulismo³).

Já na última reunião do ano passado (24 de novembro de 2009), iniciou-se um ciclo de debates em que a questão da atualidade do conceito gramsciano de hegemonia assumiu centralidade.

A recente globalização do espaço econômico mundial, com um novo regime de acumulação poupador de mão de obra, empresas fragmentadas em rede, sindicatos enfraquecidos ou domesticados e partidos de esquerda reduzidos a máquinas eleitorais teriam transformado alguns conceitos gramscianos?

Sociedade Civil

A sociedade civil é, grosso modo, um conceito explicativo da função e do espaço ocupados pelos partidos, igrejas, jornais, intelectuais orgânicos etc. Embora estas instituições privadas de hegemonia tivessem, em certos casos, uma

¹ Este texto é fruto da intervenção do autor no debate no Laboratório Marx da USP (LeMarx), cujo expositor foi Alessandro Octaviani (Pesquisador da Faculdade de Direito da USP). Durante as discussões, vários alunos, além dos professores Ricardo Musse, André Singer, Bernardo Ricupero e Ruy Braga se manifestaram.

² *Revista Piauí*, São Paulo, fevereiro de 2007.

³ André Singer, “Raízes ideológicas do lulismo”, *Revista Cebrap*, n. 85, São Paulo, dezembro de 2009.

sustentação financeira privada, o que os caracterizava era o fato de serem correntes de opinião. A sociedade civil não era só um espaço de mercado.

O declínio da atividade pública reduziu aquelas instituições ao mercado. Seja o mercado eleitoral, religioso, editorial etc. Pequenos grupos não foram subsumidos a este processo, mas a política é comandada por grandes corporações. Além disso, o *ócio* dos trabalhadores tornou-se um *negócio* para a indústria cultural e a afluência aos sindicatos e organizações culturais do partido deixou de ser uma forma de sociabilidade de classe não capitalista. E por fim, a distinção entre intelectual orgânico e tradicional tende a se desmanchar, posto que os espaços que são sobrevivências de modos de produção anteriores (igreja, Universidade) em boa parte se mercantilizaram.

Se a sociedade civil se mercantilizou a este ponto, o conceito de hegemonia permanece válido?

Hegemonia

A hegemonia só mantém sua operacionalidade numa sociedade civil complexa e articulada por valores e não só pelo capital. Ora, o grupo que detêm a hegemonia deixa aberto um espaço para a sua própria contestação.

A hegemonia gramsciana nos *Cadernos do Cárcere* é um tipo de direção consensual sobre os que *aceitam* ou *consentem*, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se *recusam*, ou seja, os que extrapolam os meios de oposição considerados legítimos pelo grupo hegemônico; mas essa dimensão é episódica e, normalmente, a hegemonia se resume num tipo de dominação que é predominantemente (ainda que não inteiramente) consensual. Pode ser entendida também apenas como relação consensual entre grupos que estão fora do poder.

A hegemonia é a capacidade de liderar os grupos subordinados dentro de um quadro no qual estejam assegurados os interesses fundamentais dos dirigentes; os dirigidos sintam como suas as pretensões do grupo dirigente; e os dirigidos incorporem suas próprias pretensões no ordenamento jurídico existente

como acentua Alessandro Octaviani⁴. O grupo dirigente também faz sacrifícios parciais de ordem corporativa, já que muitas vezes os interesses dos dirigidos que serão absorvidos pelo ordenamento jurídico existente se chocam com interesses corporativos dos grupos dirigentes.

A Crítica

Depois das reflexões inovadoras de Francisco de Oliveira, muitos têm se questionado se o conceito de hegemonia perdeu eficácia nos anos 90 com o triunfo do neoliberalismo. Este seria totalitário e não abriria brecha para sua contestação. Além disso, não seria integrador e renunciaria à universalidade. Sem precisar aceitar o conceito de totalitarismo, cabe repensar a hegemonia numa situação em que:

1. O neoliberalismo exclui as pessoas do processo produtivo;
2. Há o enrijecimento do orçamento público e a “naturalização” da economia de mercado capitalista, o que limita o espaço da política (pense-se na autonomia de bancos centrais);
3. Não seriam mais os dominados que consentiriam, mas os dominantes que aceitariam ser conduzidos moralmente (e politicamente) desde que não se questione a exploração capitalista.

É evidente que escaparia a uma tal análise as formas bastardas em que a ordem social incorpora os “excluídos”. Se eles são expulsos do processo produtivo, retornam através do consumo (via crédito popular e políticas sociais compensatórias). Sem sociedade civil civilizada e sem fábrica fordista, a inclusão se faz pelo mercado de consumo e não mais pelo mercado de trabalho⁵, embora o Governo Lula tenha ido muito além de políticas deste tipo, promovendo o emprego e o aumento do poder aquisitivo dos assalariados.

⁴ Octaviani, A. “Hegemonia e Direito”, in: Lima, M. A. e Bello, E. Direito e Marxismo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 352.

⁵ André Singer contestou esta idéia durante o debate. Afirmando-a engenhosa, porém frágil para substituir o papel anterior desempenhado pela inserção na produção.

Quanto à limitação do espaço da política, é preciso considerar os grandes períodos de nossa história e como a grande política impõe valores que são aceitos mesmo pelos que se opõem. Eles se tornam sujeitos da sua própria sujeição mantendo o núcleo duro da Ordem e incorporando a ela seus interesses corporativos. Ou seja, o que deveria ser feito pela classe dominante num capitalismo “social” ou reformado, é precisamente feito pelos próprios representantes dos trabalhadores.

Poderíamos lembrar aqui da distinção gramsciana entre Grande e Pequena política. O mais influente político italiano do primeiro quartel do século XX, Giolitti, fazia grande política ao condenar seus adversários a fazer a pequena. O mesmo esquema vale para o momento militar da política (nunca negligenciado por Gramsci). A grande política aparece nas manobras estratégicas, calcadas na superioridade logística, e a pequena aparece nas escaramuças que em nada modificam a correlação de forças militar.

Ciclos Liberais e Social-Democratas

Fazer pequena política é o que aconteceu com os liberais durante a época de hegemonia Social Democrata nos trinta anos gloriosos (do pós Segunda Guerra até a crise do petróleo em 1973).

Até a Guerra Européia (1914-1918) a economia liberal predominou de tal forma que mesmo Keynes (um dos pais da revolução do pensamento econômico dos anos trinta) se considerava um liberal *tout court*. Os social democratas quando participaram de governos na Alemanha ou na Inglaterra nos anos vinte, não tinham uma alternativa econômica não-liberal, exceto o modelo soviético que exigia uma ditadura do proletariado que repugnava a socialistas tão acostumados à legalidade burguesa⁶.

⁶ Este é caso de Ramsay MacDonald, professor, filho ilegítimo de uma família escocesa que teve uma experiência desastrosa como primeiro-ministro na Inglaterra dos anos vinte. Não tomou nenhuma medida socialista. Aliás, ele era seguidor de Spencer e não de Marx. Lefranc, G. O socialismo reformista. São Paulo: Difel, 1974, p.40.

Nos trinta anos gloriosos o terreno da política deslocou-se para a esquerda e até os anos setenta mesmo o mais ultra-liberal dos políticos não conseguiria apoio eleitoral para destruir o *welfare state*. Uma inversão aconteceu nos anos oitenta depois da crise fiscal do Estado e da queda das taxas de lucro médias nos países desenvolvidos: a esquerda socialista, ao vencer eleições na França e na Espanha (e, depois, isto se espalhou pelo mundo nos anos noventa), rendeu-se à ortodoxia liberal. É que o terreno da política deslocou-se à direita e os liberais impuseram aos esquerdistas os seus valores, condenando os socialistas à pequena política.

Diante disso, não estamos diante de nenhuma “revolução epistemológica” como afirmou criativamente e com brilho o Professor Francisco de Oliveira, mas de etapas ou ciclos já bastante estudados na historiografia política do século XX (Hobsbawm, por exemplo). E se a sociedade civil parcialmente se mercantilizou, ela continua sendo um espaço de resistência e disputa de valores.

Vejamos o Brasil.

O ciclo que se inicia com a campanha das “Diretas Já!” em 1984, passa pela Assembléia Nacional Constituinte (1988), pela Frente Brasil Popular em 1989 e tem um último suspiro na campanha pelo *Impeachment* de 1992, é aquele que demonstrou a maior participação *popular* (para além mesmo da classe operária e dos movimentos sociais organizados). Note-se que o resultado eleitoral e político daquela ascensão das lutas populares (marcada pelo fortalecimento, até a primeira metade dos anos 90, da CUT, MST e, em menor medida, Central dos Movimentos Populares) foi decepcionante para a esquerda. *Um ciclo de ascensão e lutas acabou numa derrota eleitoral.*

Em contrapartida, a vitória eleitoral da esquerda em 2002 teve o movimento inverso do ciclo anterior. O período 1992-2002 fora marcado pelo esvaziamento das ruas e da política militante e de massas, pela contenção das greves e pelo recuo ideológico do socialismo. *Todavia, este ciclo se fechou com uma vitória eleitoral* que se deveu (em nosso caso) menos à capacidade política da esquerda (embora ela não fosse de se desprezar) do que ao fracasso do neoliberalismo na América Latina. Essa inversão aqui apontada foi decisiva para

explicar o porquê o Governo Lula, apesar do apoio massivo dos trabalhadores e dos avanços que suscitou, ficou tão aquém de suas tarefas históricas. *É que a esquerda ganhou parte do poder, mas perdeu a disputa de hegemonia* para os “ideólogos dos mercados financeiros”.

Estaria Lula ainda na órbita da pequena política, sujeito aos valores do governo Fernando Henrique Cardoso ou estaria agora impondo aos adversários sua grande política? Neste caso, quando teria sido o *grand tournant*? O segundo mandato?

Conclusão de um Debate?

Talvez o problema não esteja no cotejo entre dois governos, mas no estudo do processo histórico como um todo. Lembremos daquela comparação que Marx faz em sua obra *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. Ele nota que o ciclo revolucionário francês de 1789-1794 é ascensional. Primeiro, as forças moderadas se impõem e a cada mutação política sucedem-se grupos cada vez mais radicais: Feuillants, Girondinos, Jacobinos etc. Na Revolução de 1848 ocorre o inverso: no primeiro ato as lideranças socialistas (Blanqui e seus camaradas) são afastadas da cena política e, em seguida, os operários (sem sua vanguarda) são derrotados no massacre de junho em Paris. A partir daí, cada força progressista é substituída por uma mais conservadora. Até que mais tarde a Comuna de Paris derrubasse os restos do Império.

Ciclo ascendente ou descendente? Talvez as eleições de 2010 nos dêem a resposta.